

Sul América Companhia Nacional de Seguros
CNPJ 33.041.062/0001-09



Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015.

1. Conjuntura econômica: O ano de 2016 foi marcado por surpresas, tanto políticas como econômicas. O Brasil passou pelo processo de impeachment e o início de um novo governo, que busca dar um novo direcionamento à política econômica. A economia brasileira, em quadro recessivo nos últimos dois anos, deve encerrar 2016 com queda no PIB de 3,5%, acumulando retração próxima de 8% no biênio 2015/2016. No âmbito internacional, eventos como o Brexit (saída da Inglaterra da União Europeia) e a eleição de Donald Trump nos EUA contribuiram para o aumento da incerteza global. As despesas com consumo das famílias brasileiras recuaram pelo segundo ano consecutivo, refletindo a combinação de elevado nível de endividamento familiar com a deterioração progressiva do mercado de trabalho. A taxa de desemprego oficial deve encerrar 2016 em cerca de 12% (contra 9% em 2015), deixando mais de 12,0 milhões de brasileiros desempregados. Apesar no segmento formal da economia, foram fechadas cerca de 1,5 milhão de vagas no ano. Os investimentos permanecem em queda pelo terceiro ano consecutivo como resultado de um setor industrial endividado e com elevada capacidade ociosa, aliado a baixa confiança dos empresários. No setor externo, a combinação de câmbio depreciado e recuperação dos preços das commodities permitiu à balança comercial acumular superávit de US\$47,7 bilhões em 2016, reduzindo o déficit em contas correntes de US\$60,6 bilhões (3,6% do PIB) em 2015 para US\$20 bilhões em 2016, ou 1,1% do PIB. Esse desempenho, ainda que resulte em baixa contribuição para o crescimento, constitui em importante fator para reduzir os efeitos adversos de um ambiente internacional instável. A inflação que se mostrava mais resiliente ao longo da primeira metade do ano ingressou em um processo de redução mais incisivo nos últimos meses de 2016. O IPCA, que encerrou

o primeiro semestre contabilizando inflação de 8,84% em termos anuais, recuou para 6,30% no final de dezembro, fechando o ano dentro da banda do regime de metas. O arrefecimento das pressões inflacionárias em meio ao aprofundamento da queda da atividade permitiu que o Banco Central desse início ao processo de flexibilização monetária. Nas duas últimas reuniões do comitê de política monetária (Copom) do ano, a SELIC foi reduzida de 14,25% para 13,75% ao ano, deixando aberta a possibilidade de continuação e intensificação do ciclo de afrouxamento. No âmbito fiscal, o governo conseguiu importantes avanços na construção de um novo regime baseado, fundamentalmente, no controle das despesas públicas. O novo regime visa restaurar a capacidade de gerar superávits sustentáveis necessários ao estancamento do endividamento público. Ainda que não traga resultados expressivos no curto prazo, essa nova postura se constitui em importante elemento para a restauração da confiança e retomada do crescimento econômico nos próximos anos.

As expectativas que cercam o ano de 2017 permitem certo otimismo. O esperado maior dinamismo da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, dará sustentação ao bom desempenho do setor externo e, consequentemente, ao setor industrial. Avanços na agenda fiscal combinado com juros domésticos em queda contribuirão para o aumento dos investimentos e deverão pavimentar o caminho para a retomada do crescimento econômico em 2017. **2. Principais Informações Financeiras:**

(R\$ milhões) 2016 △ 2015

Prêmios emitidos	3.448,3	3.876,9	-11,1%
Prêmios ganhos	3.462,0	3.632,0	-4,7%
Sinistros ocorridos	(2.326,7)	(2.176,3)	-6,9%
Custos de aquisição	(759,0)	(785,5)	3,4%
Margem bruta	376,3	670,1	-43,8%
Resultado antes dos impostos e participações	559,5	676,2	-17,3%
Lucro líquido	533,6	612,4	-12,9%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2016, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$3,4 bilhões, 11,1% abaixo da receita obtida no mesmo período do ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$2,3 bilhões, 6,9% acima do número apresentado em 2015. Os custos de aquisição somaram R\$759,0 milhões, redução de 3,4% frente ao ano anterior. No ano, o lucro líquido alcançou R\$533,6 milhões, com uma queda de 12,9% em relação a 2015.

4. Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto: A Companhia não passou por

reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto no período. **5. Investimentos:** Em 31/12/2016, a Companhia mantinha investimentos diretos na Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE) no montante de R\$2.759,7 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **7. Resultado do exercício e proposta para sua destinação:** Em 31/12/2016, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição (R\$ milhões)	2016	2015
Lucro antes dos impostos e participações	559,5	676,2
(-) Impostos e contribuições	(8,5)	(41,8)
(-) Participações	(17,4)	(22,1)
Lucro líquido do exercício	533,6	612,4
Reversão de combinação de negócio de controlada indireta	—	7,0
Lucro líquido do exercício após compensações	533,6	619,3
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(26,7)	(31,0)
Lucro líquido ajustado	506,9	588,4
Dividendos obrigatórios		
25% do Lucro líquido ajustado	126,7	147,1
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	—	4,7
(-) Juros sobre capital próprio imputados nos dividendos obrigatórios	126,7	140,3
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	3,3	—
Bruto	153,0	165,0
Imposto de renda	(23,0)	(24,8)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	—	2,1
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	353,9	416,5

8. Acordo de acionistas: A Companhia não é parte de acordos de acionistas.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(em milhares de reais)

	Notas	2016	(Reapresentado)		Notas	2016	(Reapresentado)
Ativo				Passivo			
Circulante				Passivo circulante			
Disponível	—	3.582.803	3.505.117	Contas a pagar	—	2.853.546	3.011.235
Caixa e bancos	—	19.760	19.952	Obrigações a pagar	—	308.019	389.403
Aplicações	6.1	1.862.778	1.622.932	Impostos e encargos sociais a recolher	15.1	183.228	217.686
Créditos das operações com seguros e resseguros				Encargos trabalhistas	—	74.344	73.313
Prêmios a receber	7.1	852.260	872.709	Impostos e contribuições	—	16.297	17.546
Operações com seguradoras	—	11.202	9.303	Outras contas a pagar	15.2	29.381	59.104
Operações com resseguradoras	8.1	5.076	11.479	Débitos de operações com seguros e resseguros	—	109.502	135.832
Outros créditos operacionais	10	310.658	361.462	Prêmios a restituir	—	1.954	1.809
Ativos de resseguro e retrocessão	8.2	15.949	34.693	Operações com seguradoras	—	10.257	19.940
Títulos e créditos a receber				Operações com resseguradoras	8.1	5.510	6.217
Títulos e créditos a receber	—	61.688	106.678	Corretores de seguros e resseguros	16	71.176	81.373
Créditos tributários e previdenciários	—	21.298	34.739	Outros débitos operacionais	10	20.605	26.493
Outros créditos	20.1	31.183	48.108	Depósitos de terceiros	17	23.780	52.808
Outros valores e bens	11	71.923	61.984	Provisões técnicas - Seguros	—	2.388.541	2.410.436
Bens a venda	—	71.923	61.984	Danos	18.1	2.386.343	2.408.008
Despesas antecipadas	—	8.583	10.590	Pessoas	18.1	2.198	2.428
Custos de aquisições diferidos	12	362.926	393.335	Outros débitos	—	16.232	22.756
Seguros	—	362.926	393.335	Provisões judiciais	21.2	16.232	22.756
Ativo não circulante				Débitos diversos	—	7472	—
Realizável a longo prazo	—	1.608.658	1.845.680	Passivo não circulante	—	821.970	953.009
Aplicações	6.1	7.381	16.7473	Contas a pagar	—	365.545	339.763
Créditos das operações com seguros e resseguros				Obrigações a pagar	15.1	365.545	339.763
Prêmios a receber	7.1	2	—	Débitos de operações com seguros e resseguros	—	—	99.800
Operações com resseguradoras	8.1	343	72	Outros débitos operacionais	10	—	99.800
Outros créditos operacionais	10	502.092	550.197	Provisões técnicas - Seguros	—	175.184	232.092
Ativos de resseguro e retrocessão	8.2	2.948	66.088	Danos	18.1	174.268	230.966
Títulos e créditos a receber	—	1.093.389	1.057.871	Pessoas	18.1	916	1.126
Créditos tributários e previdenciários	9.1	203.991	217.662	Outros débitos	—	253.223	281.354
Depósitos judiciais e fiscais	21.1	881.578	828.966	Provisões judiciais	21.2	253.223	281.354
Outros créditos operacionais	—	7.820	11.243	Débitos diversos	—	28.018	—
Despesas antecipadas	—	10	1.013	Patrimônio líquido	—	4.362.154	3.848.886
Custos de aquisição diferidos	12	2.493	2.966	Capital social	22.1	2.043.811	1.956.762
Seguros	—	2.493	2.966	Reservas de capital	—	(24.955)	(24.955)
Investimentos				Reservas de lucros	—	2.372.245	2.003.046
Participações societárias	13	2.759.688	2.359.948	Ajustes de avaliação patrimonial	—	(28.947)	(85.967)
Imóveis destinados a renda	—	37	37	Total do passivo	—	8.037.670	7.813.130
Outros investimentos	—	286	341				
Imobilizado							
Imóveis de uso próprio	—	1.209	1.212				
Bens móveis	—	13.120	17.952				
Outras imobilizações	—	12.100	15.601				
Intangível							
Outros intangíveis	14	59.769	67.242				
Total do ativo		8.037.670	7.813.130				

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

Descrição	2016	2015 (Reapresentado)
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	533.599	612.355
Ajustes para:		
Dépreciação e amortizações	28.343	28.912
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(19)	(8.159)
Resultado de equivalência patrimonial	(550.642)	(444.590)
Outros ajustes	(6.913)	7.044
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(58.429)	82.029
Créditos das operações de seguros e resseguros	123.587	(224.577)
Ativos de resseguro	81.884	324.978
Créditos fiscais e previdenciários	30.508	(30.777)
Depósitos judiciais e fiscais	(28.800)	26.328
Despesas antecipadas	3.010	10.844
Custos de aquisição diferidos	30.882	(43.421)
Outros ativos	48.560	(52.802)
Outras contas a pagar	(52.376)	74.750
Débitos de operações com seguros e resseguros	(126.130)	(95.222)
Depósitos de terceiros	(29.028)	(14.303)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(78.803)	(210.859)
Provisões judiciais	(49.462)	(19.164)
Outros passivos	35.490	-
Caixa gerado pelas operações		
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	171.703	133.503
Imposto sobre o lucro pagos	(9.604)	(79.366)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	97.360	77.503
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	-	12.695
Imobilizado	305	4.393
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(137)	(1.518)
Intangível	(11.620)	(12.082)
Caixa Líquido gerado/ (consumido) nas atividades de investimento	(11.452)	3.488
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(83.726)	(98.264)
Outros	(2.374)	(7.570)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	(86.100)	(105.834)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(192)	(24.843)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.952	44.795
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.760	19.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121 parte, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos (automóveis, massificados e habitacional) e de pessoas e que tem como acionista principal a Sul América S.A.(SASA) com 49,03% de participação direta e 50,97% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR). A SASA, que tem como principal acionista a Sulaspas Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,84% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,64% de participação total, é uma Companhia de capital aberto e publicou em 22/02/2017 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2016, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Nossas demonstrações financeiras o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 21/02/2017. **2.2. Reapresentação:** Em 2014, com o intuito de padronizar e permitir a comparabilidade do mercado segurador, a SUSEP emitiu orientação para estabelecer um padrão para o registro contábil dos eventos relacionados às ações judiciais envolvendo a provisão do sinistro a liquidar e o passivo contingente, com prazo de implantação até dezembro de 2016. O comunicado de orientação, de uma forma geral, determinou que se o evento está associado à operação de seguro, este deve ser considerado sinistro e, consequentemente, registrado na provisão do sinistro a liquidar, ficando excluídos somente os danos morais não cobertos pelo contrato de seguro e nos casos de ausência de apólice de seguro que devem ser registrados no passivo contingente. Em consequência dessa alteração, as ações judiciais que inicialmente estavam registradas no Passivo, na rubrica "Provisões judiciais"; e no resultado, na rubrica "Outras despesas operacionais", foram reclassificadas, de forma retrospectiva, para "Provisões técnicas de seguros" (Sinistros a liquidar) no passivo e no resultado na linha de Sinistro. O montante reclassificado no passivo em 31/12/2015 foi de R\$3.758. No resultado, o montante reclassificado em 31/12/2015 foi de R\$477. Para fins de apresentação, não demonstramos a terceira coluna do balanço patrimonial referente ao início do período anterior, por se tratar de efeito imaterial pela avaliação da Administração, em consonância com o item 40A (b) do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. **Efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015:**

	Originalmente publicado	Reapresentado
Ativo		
Circulante	3.505.117	3.505.117
Ativo não circulante	4.311.771	(3.758) 4.308.013
Títulos e créditos a receber	1.061.629	(2) 1.057.871
Outros	3.250.142	3.250.142
Total do ativo	7816.888	(3.758) 7813.130
Passivo		
Passivo circulante	3.014.429	(3.194) 3.011.235
Contas a pagar	392.597	(2) (3.194) 389.403
Provisões técnicas - Seguros	2.408.492	(1) 1.944 2.410.436
Outros débitos	24.700	(1) (1.944) 22.756
Outros	188.640	188.640
Passivo não circulante	953.573	(564) 953.009
Provisões técnicas - Seguros	224.644	(1) 7.448 232.092
Outros débitos	289.366	(1) e (2) (8.012) 281.354
Outros	439.563	439.563
Patrimônio líquido	3.848.886	3.848.886
Total do passivo e patrimônio líquido	7816.888	(3.758) 7813.130
Resultado		
Prêmios emitidos	3.876.944	3.876.944
Variações das provisões técnicas de prêmios	(244.928)	(244.928)
Prêmios ganhos	3.632.016	3.632.016
Sinistros ocorridos	(2.175.866)	(3) (477) (2.176.347)
Custos de aquisição	(785.549)	(785.549)
Outras receitas e despesas operacionais	(93.321)	(3) 477 (92.848)
Resultado com operações de resseguro	(29.771)	(29.771)
Despesas administrativas	(564.697)	(564.697)
Despesas com tributos	(78.034)	(78.034)
Resultado financeiro	310.917	310.917
Resultado patrimonial	452.742	452.742
Resultado operacional	668.437	668.437
Ganhos com ativos não correntes	7.810	7.810
Resultado antes dos impostos e participações	676.247	676.247
Imposto de renda e contribuição social	(41.838)	(41.838)
Participações sobre o resultado	(22.054)	(22.054)
Lucro líquido	612.355	612.355

(1) Transferência no montante de R\$1.944 da rubrica "Outros débitos - Circulante" (Provisões judiciais) para "Provisões técnicas de seguros - Circulante"; Transferência no montante de R\$7.448 da rubrica "Outros débitos - Não circulante" (Provisões judiciais) para "Provisões técnicas de seguros - Não circulante"; (2) Reversão de crédito tributário no montante de R\$3.758 no Ativo, na rubrica "Títulos e créditos a receber - Não circulante"; com efeito no Passivo, nos montantes de R\$3.194 na rubrica "Contas a pagar - Circulante" (Impostos e contribuições) e R\$564 na rubrica "Outros débitos - Não circulante" (Provisões judiciais); e (3) Transferência no montante de R\$477 da rubrica "Despesas operacionais - Seguros - Outras despesas operacionais" para "Despesas operacionais - Seguros - Sinistros".

Efeitos na demonstração de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015: As seguintes linhas foram impactadas: • Aumento na linha de "Provisões técnicas - seguros e resseguros" no montante de R\$9.392 e redução na linha de "Provisões judiciais" no montante de R\$9.392; e • Aumento na linha de "Créditos fiscais e previdenciários" no montante de R\$3.758, redução nas linhas de "Outras contas a pagar" no montante de R\$3.194 e "Provisões judiciais" no montante de R\$564. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6). **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prémios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas, reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • As comissões e agenciamento de seguros registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A aprovação mensal no resultado ocorre na rubrica "Custos de aquisição". As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (maioritariamente 12 meses). As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prémios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são considerados com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.3. Depósitos judiciais e fiscais:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** **3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. **Derivativos:** São classificados no ativo circulante "Títulos e créditos a receber" ou no passivo circulante "Outras contas a pagar", sendo compostos por opções e contratos futuros. **3.2.2. Disponíveis para venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "amortizados até o vencimento" ou "emprestados e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor justo e pelo resultado. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, sendo contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.4. Emprestados e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prémios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acreditado, ajustado, quando aplicável, por reduções no valor recuperável, e são contabilizados no ativo não circulante, na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.10.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração. As provisões para processos judiciais e trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia, em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo IPCA e juros de 10,43% ao ano (9,36% em 2015) nos processos cíveis e pela TR e juros de 10,43% ao ano (9,36% em 2015) nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.11. Benefício pós-emprego:** Os benefícios compreendem o Plano

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros

CNPJ 33.041.062/0001-09

4. Gestão de riscos: O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categoria de risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo do ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a risco da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da divisão de riscos corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra-se especificamente na região sudeste, devido a localização do polo econômico do país. Em 31/12/2016, a Companhia registrou um total de prêmios emitidos de R\$3.448.274 (R\$3.876.944 em 2015), compreendidas nas seguintes proporções:

	2016						2015							
Ramos	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro	Oeste	Sul	Total	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro	Oeste	Sul	Total
Automóvel	63,82%	1,86%	12,30%	5,71%	16,31%	100%	65,54%	1,53%	11,80%	6,03%	15,10%	100%		
Condôminio	55,98%	2,35%	10,30%	8,94%	22,43%	100%	52,90%	2,59%	12,68%	7,16%	24,67%	100%		
Empresarial	59,56%	0,74%	8,69%	3,72%	27,30%	100%	58,49%	0,22%	8,15%	2,82%	30,32%	100%		
Habitacional	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	3,24%	0,00%	0,00%	76,99%	19,77%	100%		
Patrimonial demais	64,42%	1,98%	12,40%	5,73%	15,48%	100%	65,71%	1,60%	12,27%	6,08%	14,34%	100%		
Pessoas demais	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		
Residencial	40,43%	0,60%	3,83%	3,19%	51,95%	100%	40,40%	0,57%	4,00%	4,02%	51,01%	100%		
Responsabilidades	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	59,44%	1,10%	9,95%	4,15%	25,36%	100%		
Vida em grupo	54,96%	1,32%	11,72%	4,66%	27,35%	100%	78,47%	0,68%	6,93%	2,84%	11,08%	100%		
Outros	57,97%	2,09%	15,41%	7,94%	16,60%	100%	52,53%	2,61%	20,47%	9,75%	14,64%	100%		

Como pode ser observado, a composição da carteira sofreu redução em algumas linhas de negócios derivados principalmente da operação de alienação da carteira de grandes riscos para a AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Resseguros S.A. e da cessão e transferência parcial da carteira de seguros habitacional para a Pan Seguros S.A. **4.2. Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Os seguros de danos, têm seus riscos de precificação associados a desvios das premissas utilizadas no momento da subscrição das apólices, sendo estas revisadas de forma contínua no processo de renovação e subscrição de novas apólices. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituidas, oriundos da insuficiência em provisões judiciais e administrativas. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como parceiros as áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, jurídica, de planejamento estratégico e visão do cliente além das áreas de gestão de riscos corporativos e de sustentabilidade. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações, pode-se destacar: programas de bônus; centros especializados de atendimento de sinistros; processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização de rede de prestadores de serviços e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados é o patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em danos:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos de oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de danos, antes e depois da contratação de resseguros. Foram aplicados choques de variação percentual de 5% nos sinistros, nas despesas administrativas e nos custos de comercialização.

Premissas	Automóveis e massificados						Outros ramos elementares (a)					
	Com efeito de resseguro			Sem efeito de resseguro			Com efeito de resseguro			Sem efeito de resseguro		
	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
Aumento de 5% na sinistralidade	(112.452)	(61.848)	(112.884)	(62.086)	(97)	(54)	(1.052)	(579)				
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(26.186)	(14.402)	(26.186)	(14.402)	(374)	(206)	(374)	(206)				
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(40.860)	(22.473)	(40.860)	(22.473)	(120)	(66)	(120)	(66)				
Redução de 5% na sinistralidade	112.452	61.848	112.884	62.086	97	54	1.052	579				
Redução de 5% nas despesas administrativas	26.186	14.402	26.186	14.402	374	206	374	206				
Redução de 5% nos custos de comercialização	40.860	22.473	40.860	22.473	120	66	120	66				

(a) Variação explicada pela alienação da carteira de grandes riscos em 31/12/2015.

Premissas	Automóveis e massificados						Outros ramos elementares					
	Com efeito de resseguro			Sem efeito de resseguro			Com efeito de resseguro			Sem efeito de resseguro		
	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
Aumento de 5% na sinistralidade	(100.025)	(58.348)	(100.692)	(58.737)	(9.567)	(5.740)	(8.288)	(4.973)				
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(25.540)	(14.899)	(25.540)	(14.899)	(3.634)	(2.181)	(3.634)	(2.181)				
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(40.162)	(23.428)	(40.162)	(23.428)	(3.994)	(2.396)	(3.994)	(2.396)				
Redução de 5% na sinistralidade	100.025	58.348	100.692	58.737	9.567	5.740	8.288	4.973				
Redução de 5% nos custos de comercialização	25.540	14.899	25.540	14.899	3.634	2.181	3.634	2.181				
Redução de 5% nas despesas administrativas	40.162	23.428	40.162	23.428	3.994	2.396	3.994	2.396				

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstra acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

Danoso, é devido a liquidação de um dos sinistros pendentes de recuperação em 31/12/2015 de uma apólice de riscos de engenharia, ramo não comercializado pela Companhia desde dezembro de 2015. Em 31/12/2016, adicionais aos valores informados na tabela anterior, há R\$33.024 (R\$118.706 em 2015) em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) que em função da probabilidade de êxito "possível" destas ações judiciais, não foram contabilizados conforme a orientação normativa. **4.5. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos em que a Companhia julgue necessários. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação de mitigadores (risco inherent) e após a ação dos mitigadores (risco residual), levando em consideração a frequência, a severidade e mitigadores dos riscos identificados. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.6.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria da gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdéssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. A evolução da provisão de sinistros judiciais pode ser observada na nota 4.2.2. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta do negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. **4.7. Gestão de capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2016 e 2015, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado nos exercícios de 2016 e 2015.

Descrição	2016	2015
Patrimônio líquido contábil	4.362.154	3.848.886
Deduções:		
Participações acionárias diretas e indiretas classificadas como investimentos nacionais de caráter permanente, considerando ágio e perdas esperadas	(2.759.688)	(2.359.948)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(8.593)	(11.603)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(7.805)	—
Ativos intangíveis	(59.769)	(67.242)
Ajustes econômicos	5.512	
Patrimônio líquido ajustado – PLA (a)	1.531.811	1.410.093

Descrição	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento				2016
	Valor avaliado mercado / pela curva	Valor avaliado mercado / contábil pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor de mercado	Taxa média de juros	Total	
Títulos de renda fixa – privados	—	303.321	308.089	—	—	308.089	
Debêntures	—	—	—	—	—	—	
Pós-fixado IPCA	—	—	4.689	4.417	—	4.417	
Letras financeiras	—	—	298.632	303.672	—	303.672	
Títulos de renda fixa – públicos	—	—	1.165.674	1.148.034	179.682	179.620	1.327.716
Letras financeiras do tesouro	—	—	717.085	716.568	—	716.568	
Letras do tesouro nacional	—	—	169.928	169.914	—	169.914	
Pré-fixado	—	—	278.661	261.552	179.682	179.620	441.234
Notas do tesouro nacional	—	—	157	120	—	—	120
Série B – pós-fixado IPCA	—	—	—	—	—	—	
Títulos de renda variável	—	—	157	265	—	265	
Ações	—	—	—	(145)	—	(145)	
Valor recuperável	—	—	—	—	—	—	
Cotas de fundos de investimentos	230.435	232.312	—	—	—	232.312	
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	150.700	150.700	—	—	—	150.700	
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	79.735	81.612	—	—	—	81.612	
Debêntures pós-fixado CDI	1.051	968	—	—	—	108.75%CDI	968
Letras financeiras	21.192	23.134	—	—	—	105.32%CDI	23.134
Letras financeiras do tesouro	53.631	41.827	—	—	—	SELIC	41.827
Letras do tesouro nacional pré-fixado	882	1.276	—	—	—	13.31%a.a.	1.276
NTNB – IPCA	(14)	1.956	—	—	—	IPCA + 6.82%a.a.	1.956
Operações compromissadas	3.246	12.704	—	—	—	SELIC	12.704
Outros	(253)	(253)	—	—	—	—	(253)
Total	230.435	232.312	1.469.152	1.456.243	179.682	179.620	1.868.237
Percentual total – contábil	12,43%		77,95%	9,62%			100%
Outras aplicações							1.922
Total							1.870.159
Circulante							1.862.778
Não circulante							7.381

Descrição	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento				2015
	Valor avaliado mercado / pela curva	Valor avaliado mercado / contábil pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor de mercado	Taxa média de juros	Total	
Títulos de renda fixa – privados	—	—	262.551	267.102	—	267.102	
Debêntures	—	—	—	—	—	—	
Pós-fixado IPCA	—	—	4.398	4.001	—	4.001	
Letras financeiras	—	—	258.153	263.101	—	263.101	
Títulos de renda fixa – públicos	—	—	1.121.987	1.083.266	168.486	167.306	1.251.752
Letras financeiras do tesouro	—	—	659.841	659.818	—	—	659.818
Letras do tesouro nacional	—	—	152.845	146.843	—	—	146.843
Pré-fixado	—	—	—	—	—	—	
Notas do tesouro nacional	—	—	309.301	276.605	168.486	167.306	445.091
Série B – pós-fixado IPCA	—	—	—	—	—	—	
Títulos de renda variável	—	—	157	92	—	—	92
Ações	—	—	—	—	—	—	
Valor recuperável	—	—	—	—	—	—	
Cotas de fundos de investimentos	269.396	269.250	—	—	—	269.250	
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	180.663	180.663	—	—	—	180.663	
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	88.733	88.587	—	—	—	88.587	
DPGE pós CDI	1.367	1.367	—	—	—	109%CDI	1.367
Debêntures pós-fixado CDI	1.013	996	—	—	—	108.75%CDI	996
Letras financeiras	26.731	26.725	—	—	—	105.85%CDI	26.725
Letras do tesouro nacional pré-fixado	33.071	33.071	—	—	—	SELIC	33.071
NTNB – IPCA	1.630	1.591	—	—	—	IPCA + 6.32%a.a.	1.591
Operações compromissadas	19.323	19.323	—	—	—	SELIC	19.323
Outros	705	705	—	—	—	—	705
Total	269.396	269.250	1.384.695	1.350.460	168.486	167.306	1.788.196
Percentual total – contábil	15,06%		75,52%	9,42%			100%
Outras aplicações							2.209
Total							1.790.405
Circulante							1.622.932
Não circulante							167.473

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundo de investimentos em participações e fundos de investimentos renda fixa.

6.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total

<tbl_r cells="5" ix="4" maxcspan="1" maxrspan="1" usedcols="

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

(a) Contempla operações com o IRB Brasil Resseguros S.A. relativas a prêmios, sinistros, salvados e resarcimentos; e (b) A redução ao valor recuperável referente às operações de resseguro é analisada com base nos valores de sinistros a receber vencidos e, quando aplicável, na tabela de pontuação de probabilidade de perda (classificação dos riscos). As operações com resseguradoras estão classificadas, basicamente, no circulante devido às características das operações, liquidadas em até 365 dias. **8.2. Ativos de resseguro e retrocessão:** Os saldos apresentados se referem aos ativos relacionados com as responsabilidades dos resseguradores em relação às provisões técnicas da Companhia. As provisões técnicas são registradas no passivo de forma bruta de resseguro, sendo então registradas no ativo as expectativas de crédito associados aos resseguradores.

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total
	2016	2015	2016	2015	
Danos	5.563	19.433	13.279	81.163	18.842
Pessoas	19	147	36	38	55
Total	5.582	19.580	13.315	81.201	18.897
Circulante	5.158	17.403	10.791	72.290	15.949
Não circulante	424	2.177	2.524	63.911	34.693
					66.088

8.2.1. Movimentação da provisão de prêmios não ganhos:

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos		Total
	2016	2015	
Danos	5.563	19.433	13.279
Pessoas	19	147	36
Total	5.582	19.580	13.315
Circulante	5.158	17.403	10.791
Não circulante	424	2.177	2.524
			63.911
			34.693
			66.088

(a) Conclusão da alienação da carteira de grandes riscos em 31/12/2015.

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total
	2016	2015	
Saldos em 01/01/2015	49.122	159	49.281
Emissões/RVNE	156.031	313	156.344
Cancelamentos	(58.290)	(13)	(58.303)
Amortizações	(78.315)	(312)	(78.627)
Atualização monetária / juros	88	—	88
Alienação da carteira de grandes riscos (a)	(49.203)	—	(49.203)
Saldos em 31/12/2015	19.433	147	19.580
Circulante	5.158		17.403
Não circulante	424		2.177

(a) Conclusão da alienação da carteira de grandes riscos em 31/12/2015.

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total
	2016	2015	
Saldos em 31/12/2015	19.433	147	19.580
Emissões/RVNE	48.452	110	48.562
Cancelamentos	(37.783)	(5)	(37.788)
Amortizações	(24.539)	(233)	(24.772)
Atualização monetária / juros	88	—	88
Alienação da carteira de grandes riscos (a)	(49.203)	—	(49.203)
Saldos em 31/12/2015	19.433	147	19.580
Circulante	5.158		17.403
Não circulante	424		2.177

(a) Conclusão da alienação da carteira de grandes riscos em 31/12/2015.

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total
	2016	2015	
Saldos em 31/12/2015	19.433	147	19.580
Emissões/RVNE	48.452	110	48.562
Cancelamentos	(37.783)	(5)	(37.788)
Amortizações	(24.539)	(233)	(24.772)
Atualização monetária / juros	88	—	88
Alienação da carteira de grandes riscos (a)	(49.203)	—	(49.203)
Saldos em 31/12/2015	19.433	147	19.580
Circulante	5.158		17.403
Não circulante	424		2.177

(a) Conclusão da alienação da carteira de grandes riscos em 31/12/2015.

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total
	2016	2015	
Saldos em 31/12/2015	19.433	147	19.580
Emissões/RVNE	48.452	110	48.562
Cancelamentos	(37.783)	(5)	(37.788)
Amortizações	(24.539)	(233)	(24.772)
Atualização monetária / juros	88	—	88
Alienação da carteira de grandes riscos (a)	(49.203)	—	(49.203)
Saldos em 31/12/2015	19.433	147	19.580
Circulante	5.158		17.403
Não circulante	424		2.177

(a) Conclusão da alienação da carteira de grandes riscos em 31/12/2015.

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total
	2016	2015	
Saldos em 31/12/2015	19.433	147	19.580
Emissões/RVNE	48.452	110	48.562
Cancelamentos	(37.783)	(5)	(37.788)
Amortizações	(24.539)	(233)	(24.772)
Atualização monetária / juros	88	—	88
Alienação da carteira de grandes riscos (a)	(49.203)	—	(49.203)
Saldos em 31/12/2015	19.433	147	19.580
Circulante	5.158		17.403
Não circulante	424		2.177

(a) Conclusão da alienação da carteira de grandes riscos em 31/12/2015.

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total
	2016	2015	
Saldos em 31/12/2015	19.433	147	19.580
Emissões/RVNE	48.452	110	48.562
Cancelamentos	(37.783)	(5)	(37.788)
Amortizações	(24.539)	(233)	(24.772)
Atualização monetária / juros	88	—	88
Alienação da carteira de grandes riscos (a)	(49.203)	—	(49.203)
Saldos em 31/12/2015	19.433	147	19.580
Circulante	5.158		17.403
Não circulante	424		2.177

(a) Conclusão da alienação da carteira de grandes riscos em 31/12/2015.

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total
2016	2015		

<tbl_r

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

(a) No primeiro semestre de 2016 foi baixado o montante de R\$36.000, relativo a um seguro da carteira de riscos diversos.

18. Provisões técnicas de seguros: 18.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros: Danos:

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 01/01/2015	1.664.733	1.183.041	
Emissões	4.062.869	—	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(300.072)	(2.348.015)	
Prêmios ganhos	(3.514.138)	—	
Avisados / alterações	—	2.392.961	
Atualização monetária / juros	(1.730)	66.570	
Variação do IBNR	—	(5.096)	
Alienação da carteira de grandes riscos (a)	(93.737)	(426.390)	
Cessão e transferência parcial da carteira de seguro habitacional (b)	—	(42.022)	
Saldo em 31/12/2015 / (Reapresentado)	1.817.925	821.049	2.638.974
Circulante		2.408.008	
Não circulante		230.966	

(a) Conclusão da alienação da carteira de grandes riscos em 31/12/2015; e (b) Cessão e transferência parcial da carteira de seguro habitacional em 31/12/2015.

	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 31/12/2015 / (Reapresentado)	1.817.925	821.049
Emissões	3.851.206	—
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(396.323)	(2.593.062)
Prêmios ganhos	(3.468.708)	—
Avisados / alterações	—	2.506.088
Atualização monetária / juros	—	25.289
Variação do IBNR	—	(2.853)
Saldo em 31/12/2016	1.804.100	756.511
Circulante		2.386.343
Não circulante		174.268

Pessoas:

	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 01/01/2015	1.724	3.889
Emissões	3.059	—
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(114)	(4.933)
Prêmios ganhos	(3.086)	—
Avisados / alterações	—	3.829
Atualização monetária / juros	—	445
Variação do IBNR	—	(1.259)
Saldo em 31/12/2015	1.583	1.971
Circulante		2.428
Não circulante		1.126

19. Partes relacionadas: 19.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo	Passivo
			2016	2015
Sul América S.A. (a) (b) (c) (d)	Controladora indireta	Sulaspar Participações S.A.	—	61.488
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (d) (l)	Controladora direta	Sul América S.A.	21	53.291
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (j) (l)	Controlada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	135	393
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (g) (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	118
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d) (g)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1	239
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f) (j) (l)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	9.659	14.130
Nova Ação Participações S.A. (d)	Ligada	Sulaspar Participações S.A.	—	—
Sul América Saúde Companhia de Seguros (l)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	736
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	4	—
Sul América Odontológico S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	6	4
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (d) (k) (l)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	62	252
Escritório de Advocacia Gouveia Vieira (h)	Outros	Outros	—	—
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (h)	Outros	Outros	—	—
Gouveia Vieira Advogados Associados (h)	Outros	Outros	—	—
Swiss Reinsurance America Corporation (i)	Ligada	Outros	467	27.744
Swiss Re Brasil Resseguros S.A. (i)	Ligada	Outros	177	703
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas (a)	Outros	Outros	—	11
Total			10.532	43.311

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo	Passivo
			2016	2015
Sul América S.A. (a) (b) (c) (d)	Controladora indireta	Sulaspar Participações S.A.	—	61.488
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (d) (l)	Controladora direta	Sul América S.A.	236	216
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (j) (l)	Controlada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	1.891	15.956
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (g) (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	27
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d) (g)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	(1.319)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f) (j) (l)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.684	4.036
Nova Ação Participações S.A. (d)	Ligada	Sulaspar Participações S.A.	—	(2.678)
Sul América Saúde Companhia de Seguros (l)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	44
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	(8.450)
Sul América Odontológico S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	(8.658)
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (d) (k) (l)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	1.444	(1.516)
Escritório de Advocacia Gouveia Vieira (h)	Outros	Outros	—	(212)
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (h)	Outros	Outros	—	(50)
Gouveia Vieira Advocacia (h)	Outros	Outros	—	(401)
Gouveia Vieira Advogados Associados (h)	Outros	Outros	—	(682)
Swiss Reinsurance America Corporation (i)	Ligada	Outros	318	(2.998)
Swiss Re Brasil Resseguros S.A. (i)	Ligada	Outros	4.066	(3.062)
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas (a)	Outros	Outros	—	(64)
Total			9.321	20.968

(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (c) Valor referente ao reembolso da Companhia pelo plano de incentivos em ações (stock options) de emissão da SASA; (d) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, às operações com seguro e reembolso de despesas administrativas que são liquidadas no mês subsequente ao da operação; (e) Valor referente ao benefício do plano de saúde que as companhias contratam junto à SULAMED relacionados a seus funcionários e dirigentes; (f) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (g) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (h) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (i) Valor referente à operação do resseguro; (j) Valor referente à sublocação do imóvel situado em São Paulo; (k) Valor referente à contratação de títulos da capitalização, na modalidade incentivo, liquidados mensalmente e resgatados 60 dias após a data da aquisição; e (l) Valor referente ao rateio de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa. Em 2016, a Companhia liquidou dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$83.726 (R\$98.264 em 2015), sendo R\$24.852 (R\$25.414 em 2015) para a SASA e R\$56.874 (R\$72.850 em 2015) para a SAEPAR. Em 2016, a Companhia recebeu dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$171.703 (R\$133.503 em 2015) da CIA SAÚDE.

19.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretoiros Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo em ações (a)	Total
Contas a pagar			
2016	10.615	12.898	10.165
2015	11.771	8.291	5.062
Despesas			
2016	(19.788)	(1.783)	(3.662)
2015	(18.525)	(1.539)	(2.228)
Total			33.678

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.12).

Compromissos e ônus a liquidar: 20.1. Outros créditos: Em 31/12/2016, o saldo de R\$31.183 (R\$48.108 em 2015) da rubrica "Outros créditos" no ativo circulante, é composto principalmente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$29.698 (R\$45.427 em 2015). 20.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 18.2. 20.3. Contratos de aluguel: Rio de Janeiro: Em 17/12/2007, a Companhia celebrou contrato de locação de imóvel no Rio de Janeiro. O prazo de locação é de 10 anos, contados a partir de 18/04/2009, podendo ser prorrogado por mais 60 meses. Durante este período, a Companhia se compromete a pagar 10 parcelas anuais de R\$13.712, reajustadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei, pela variação percentual acumulada do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que em 31/12/2016 corresponde a R\$24.749 (R\$22.185 em 2015) registrados na rubrica "Despesas administrativas". O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e o locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato. São Paulo: Em 04/07/2013, a CIA SAÚDE, empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, assinou contrato de locação para a

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2016 são de R\$365.545 (R\$339.763 em 2015), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 15.1). **21.3. Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas das obrigações fiscais em 31/12/2016 e 2015 são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas geradas nas atividades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e possível sobre outras receitas. **PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a expectativa de perda dos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, sendo remota no que se refere à alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à SALIC o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Em 2013 foi realizada a baixa do valor de R\$45.799 e foram iniciados os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. Até 31 de dezembro de 2016 não ocorreram alterações no status destes processos. Ressalte-se que com relação aos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 1/1994 e 17/1997 ainda não houve decisão. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indeutável na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia obteve liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obstou a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ, negando provimento ao Recurso Extraordinário interposto por uma das suas Controladas. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. Cumpre ressaltar que a partir de 2008 a Companhia passou a tributar a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Os advogados patrocinadores da causa reputam a probabilidade de perda como provável. **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, ela passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. Com a edição do artigo 72, III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 10/1996, a Companhia passou a ficar sujeita ao recolhimento da CSLL à alíquota de 30%. Assim, impetrou o Mandado de Segurança nº 96.0006174-2, que assegurou o direito da Companhia e sua incorporada Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes - Cia de Seguros de não se sujeitarem às disposições da EC nº 10/1996 no período de 01/01/1996 a 06/07/1996. Com o trânsito em julgado da decisão parcialmente favorável publicada nos autos do citado Mandado de Segurança, a impetrante levantou o valor de R\$173 em janeiro de 2015 e em maio de 2015 teve a conversão em renda do valor remanescente dos depósitos, com isso, o saldo de depósitos judiciais, bem como a provisão atrelada a este processo, no valor de R\$22.070 foi baixada. **21.4. Provisões judiciais:** A principal ação com provisão judicial em 31/12/2016 e 2015, é: **INSS:** A Companhia questiona e depositava judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados relativos ao INSS de corretores de seguros se encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestandores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão.

21.5. Contingências: Em 31/12/2016, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$426.045 (R\$390.215 em 2015). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$197.758 (R\$194.113 em 2015) refere-se basicamente a obrigações legais. A parcela não provisionada, no valor de R\$228.287 (R\$196.102 em 2015) é composta principalmente por autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora STA Participações S.A., nos anos calendários 2006 e 2007, e não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa e processos judiciais relativos a discussões sobre PIS e COFINS. Em 31/12/2016, o valor total em discussão dos processos judiciais civis e trabalhistas cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de, respectivamente, R\$75.621 (R\$88.378 em 2015) e R\$34.937 (R\$31.537 em 2015).

22. Patrimônio líquido: **22.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2016 é R\$2.043.811 (R\$1.956.762 em 2015), dividido em 232 ações ordinárias e 231 ações preferenciais, totalizando 463 ações (453 ações ordinárias em 2015), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Em 30/03/2016 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$87.049, com emissão de 10 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo 8 novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Saepar Serviços e Participações S.A. e 2 novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A., ao preço de R\$8.704,8 por ação, calculado na forma do art. 170, § 1º, II da Lei 6.404/76, na data-base de 29/02/2016. O referido aumento de capital foi homologado pela SUSEP em 27/07/2016. Em 03/10/2016 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a criação de ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, todas sem direito a voto, no limite de 50% do total das ações emitidas, e a conversão de 231 ações ordinárias em 231 ações preferenciais de emissão da Companhia, todas nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, na proporção de 1 ação ordinária para 1 ação preferencial, passando o capital social da Companhia a ser representado por 232 ações ordinárias e 231 ações preferenciais, totalizando 463 ações, todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. O processo de homologação da referida conversão de ações tramita na SUSEP sob o número 15414.608593/2016-38.

22.2. Reserva de capital: Referem-se ao ágio e deságio apurado em transações de capital, na aquisição de ações de empresas que a Companhia já detém ou controla. **22.3. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **22.4. Reserva estatutária:** Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **22.5. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária.

22.6. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 31/03/2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$30.000, à razão de R\$64.794,82 por ação, cujo pagamento aos acionistas foi antecipado para o dia 09/12/2016, conforme reunião realizada na mesma data. O Conselho de Administração aprovou em 11/05/2016 e reratificou em 10/08/2016 a distribuição de dividendos intermediários, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em

29/04/2016, no montante de R\$11.400 à razão de R\$24.622,03 por ação, pago aos acionistas em 13/05/2016. Em 19/12/2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$123.000, à razão de R\$265.658,75 por ação, a ser pago aos acionistas a partir de 18/04/2017.

22.7. Distribuição do resultado:

Descrição	2016	2015
Lucro antes dos impostos e participações	559.489	676.247
(-) Impostos e contribuições	(8.483)	(41.838)
(-) Participações	(17.407)	(22.054)
Lucro líquido do exercício	533.599	612.355

Reversão de combinação de negócio de controlada indireta e outros ajustes – 6.979

Descrição	2016	2015
Lucro líquido do exercício após compensações	533.599	619.334
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(26.679)	(30.967)
Lucro líquido ajustado	506.920	588.367

Dividendo obrigatório 25% do Lucro líquido ajustado 126.730 147.092

(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios – 4.717

(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios 126.730 140.250

(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios 3.320 –

Bruto 153.000 165.000

Descrição	2016	2015
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	–	2.125

Destinação:

Descrição	2016	2015
Constituição de reserva estatutária	353.920	416.525

23. Detalhamento das contas do resultado:

23.1. Principais ramos de atuação:

2016 **2015 (Reapresentado)**

(a) Cessão e transferência parcial da carteira de seguro habitacional em 31/12/2015; e (b) Operações resseguradas com efeitos reconhecidos na nota 23.5.

23.2. Sinistros ocorridos:

Descrição **2016** **2015 (Reapresentado)**

23.3. Custos de aquisição:

Descrição **2016** **2015**

23.4. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição **2015**

(a) Efeito sobre reapresentação conforme nota 2.2.

23.5. Resultado com resseguro:

Descrição **2016** **2015**

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

Parecer dos atuários independentes

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros. Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais exigem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e, ainda, apresentar uma situação patrimonial e expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos

da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e os limites de retenção descritos no Anexo deste relatório anteriormente referidos da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente. São Paulo, 21 de fevereiro de 2017. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Consultores Ltda. - CNPJ 02.189.924/0001-03 - CIBA 45. João Batista da Costa Pinto - MIBA 944.

Anexo I
Demonstrativos do parecer atuarial

1. Demonstrativo dos limites de retenção	31/12/2016	31/12/2015
Ramo 0111	4.000.000	4.000.000
Ramo 0114	10.000.000	10.000.000
Ramo 0115	2.700.000	2.700.000
Ramo 0116	8.000.000	8.000.000
Ramo 0118	4.000.000	4.000.000
Ramo 0141	1.976.000	1.976.000
Ramo 0167	5.300.000	5.300.000
Ramo 0171	500.000	500.000
Ramo 0173	756.329	756.329
Ramo 0196	4.000.000	4.000.000
Ramo 0234	4.000.000	4.000.000
Ramo 0274	2.000.000	2.000.000
Ramo 0310	2.000.000	2.000.000
Ramo 0313	6.000.000	6.000.000
Ramo 0351	2.000.000	2.000.000
Ramo 0378	2.000.000	2.000.000
Ramo 0433	6.000.000	6.000.000
Ramo 0435	2.700.000	2.700.000
Ramo 0437	1.400.000	1.400.000
Ramo 0520	3.200.000	3.200.000
Ramo 0523	2.700.000	2.700.000
Ramo 0524	2.700.000	2.700.000
Ramo 0525	3.200.000	3.200.000
Ramo 0531	3.200.000	3.200.000
Ramo 0542	3.100.000	3.100.000
Ramo 0544	3.450.000	3.450.000
Ramo 0553	3.200.000	3.200.000

Demonstrativos do parecer atuarial	31/12/2016	31/12/2015
1. Demonstrativo dos limites de retenção	31/12/2016	31/12/2015
Ramo 0621	3.450.000	3.450.000
Ramo 0622	3.450.000	3.450.000
Ramo 0623	3.000.000	3.000.000
Ramo 0627	3.000.000	3.000.000
Ramo 0632	3.450.000	3.450.000
Ramo 0638	3.450.000	3.450.000
Ramo 0644	3.450.000	3.450.000
Ramo 0652	3.450.000	3.450.000
Ramo 0654	3.450.000	3.450.000
Ramo 0655	3.450.000	3.450.000
Ramo 0656	3.450.000	3.450.000
Ramo 0658	3.000.000	3.000.000
Ramo 0739	2.500.000	2.500.000
Ramo 0740	2.500.000	2.500.000
Ramo 0743	8.000.000	8.000.000
Ramo 0745	2.500.000	2.500.000
Ramo 0747	2.500.000	2.500.000
Ramo 0750	2.500.000	2.500.000
Ramo 0860	1.700.000	1.700.000
Ramo 0870	3.100.000	3.100.000
Ramo 0929	2.700.000	2.700.000
Ramo 0969	2.700.000	2.700.000
Ramo 0977	2.700.000	2.700.000
Ramo 0982	2.700.000	2.700.000
Ramo 0984	2.700.000	2.700.000
Ramo 0990	2.700.000	2.700.000
Ramo 0993	3.025.316	3.025.316
Ramo 1061	5.000.000	5.000.000
Ramo 1065	5.000.000	5.000.000
Ramo 1066	3.100.000	3.100.000
Ramo 1068	3.100.000	3.100.000
Ramo 1101	756.329	756.329
Ramo 1102	756.329	756.329
Ramo 1103	756.329	756.329
Ramo 1104	756.329	756.329
Ramo 1105	756.329	756.329
Ramo 1106	756.329	756.329
Ramo 1107	2.000.000	2.000.000
Ramo 1108	756.329	756.329
Ramo 1109	756.329	756.329
Ramo 1130	3.025.316	3.025.316
Ramo 1162	1.500.000	1.500.000
Ramo 1163	1.500.000	1.500.000
Ramo 1164	756.329	756.329
Ramo 1279	756.329	756.329
Ramo 1329	2.700.000	2.700.000
Ramo 1369	2.700.000	2.700.000
Ramo 1377	2.700.000	2.700.000
Ramo 1381	2.700.000	2.700.000
Ramo 1384	2.700.000	2.700.000
Ramo 1390	2.700.000	2.700.000
Ramo 1391	2.700.000	2.700.000
Ramo 1417	6.000.000	6.000.000
Ramo 1433	6.000.000	6.000.000
Ramo 1535	2.700.000	2.700.000
Ramo 1537	1.400.000	1.400.000

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia") ("Comitê") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias contábeis independente e interna, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê; • Verificou que as auditorias contábeis independente e interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade de tais auditorias e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias contábeis independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da

regulamentação e das normas internas da Companhia que pudesse colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168/2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2017. Domingos Carelli Neto - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Membro; Renato Russo - Membro.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor para a elaboração das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração:**

ção e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela